

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.438 - DF (2017/0307761-2)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939**  
**ADVOGADOS : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070**  
**RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - SP211648**  
**ROGERIO BARCELOS DOS SANTOS MARTINS - DF036415**  
**EVERSON EMMANUEL COSMO DE SOUSA SALES - DF044257**  
**EMBARGADO : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIA DE MORAES PONTES ALMEIDA E OUTRO(S) - SP261291**  
**CHRISTIAN TARIK PRINTES - SP316680**

### **DECISÃO**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO DO BRASIL S/A em face da decisão de fl. 1.404, pela qual este relator considerou prejudicado o agravo em recurso especial da instituição financeira, tendo em vista a informação da parte adversa (IDEC) de que teria havido acordo entre as partes.

Sustenta o embargante que a decisão embargada foi omissa "em relação à questão de ordem da Segunda Seção, aprovada em 24.04.2019". Assevera que "para fins de tramitação ou extinção do cumprimento individual da sentença de que trata esta demanda, ora em fase de recurso, deve haver a declaração de desinteresse no acordo ou a adesão e transação individual, sem a qual permanece a orientação de suspensão do processo, segundo a antes referida questão de ordem. Não havendo a adesão e transação de cada um dos exequentes, não há como extinguir a demanda, sem o julgamento do recurso pendente, que, no caso, deve permanecer suspenso, sendo essa a questão omissa sobre a qual se requer a devida complementação jurisdicional." (fls. 1.407-1.408)

Intimado a se manifestar, o IDEC informa "que não há unanimidade na adesão do acordo por todos os poupadores presentes nesta demanda, por tratar-se de execução coletiva para mais de 50 (cinquenta) poupadores. De toda forma, considerando a possibilidade de adesão, o Instituto não se opõe a eventual suspensão pelo prazo restante do Acordo, a fim de se possibilitar sua adesão." (fl. 1.417)

Decido.

2. A decisão de fl. 1.404, pela qual este relator considerou prejudicado o agravo em recurso especial da instituição financeira, pautou-se na informação dada pelo IDEC de que teria sido firmado acordo entre as partes.

Como o próprio IDEC, posteriormente, esclareceu que nem todos os poupadores presentes nesta demanda aderiram ao acordo, não há que se falar em recurso prejudicado.

Desse modo, a decisão ora embargada merece ser reconsiderada, pois o

recurso não está prejudicado pelo acordo, quando não houve adesão a ele.

3. Quanto ao pedido de suspensão do feito pelo prazo restante do acordo coletivo, a fim de possibilitar a adesão dos poupadores, não merece acolhida.

Na sessão de julgamento de 22 de agosto de 2018, em questão de ordem, a Segunda Seção decidiu determinar a distribuição regular, no Superior Tribunal de Justiça, dos processos relacionados a expurgos inflacionários em fase de execução de sentença (individual ou coletiva) em que a parte se manifestasse, expressamente, pela não adesão ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim concluiu que as decisões de suspensão nacional de processos proferidas pelo STF nos Temas de repercussão geral n. 264, 265, 284 e 285, objeto do acordo celebrado, não se aplicavam a processos que estivessem na fase de execução de sentença.

Dessa forma, diversos processos voltaram a tramitar no STJ, pois a maioria dos casos submetidos a esta Corte em recursos especiais ou agravos em recursos especiais trata de execução de sentença.

No entanto, em virtude da decisão proferida pelo em. Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n. 632.212 (Tema n. 285/STF), publicada no DJe de 6/11/2018, a Segunda Seção, na sessão de 28/11/2018, em questão de ordem suscitada pelo Ministro Raul Araújo nos Recursos Especiais n. 1.610.789/MT e 1.361.869/SP, decidiu:

a) Por unanimidade, suspender todos os processos, individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versassem sobre a cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, aguardando ainda o julgamento dos Temas de repercussão geral n. 264, 265, 284 e 285 (RE n. 632.212, 631.363, 626.307 e 591.797);

b) Por maioria, vencido o Ministro Raul Araújo, encaminhar às instâncias de origem todos os processos relacionados ao tema que estejam nesta Corte.

Em síntese, a Segunda Seção concluiu que essas medidas, aplicáveis a todos os processos que tratassem sobre expurgos inflacionários, independentemente do plano econômico, eram decorrência automática da decisão do relator do Recurso Extraordinário n. 632.212.

No dia 12 de abril de 2019, foi publicada nova decisão do Ministro Gilmar Mendes no Recurso Extraordinário n. 632.212, a qual, em um primeiro momento, esclareceu que a abrangência da suspensão de processos se limitava apenas a processos relacionados a expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II, para, logo em seguida, reconsiderar a decisão anterior “em relação à determinação de suspensão dos processos em fase de execução, liquidação e/ou cumprimento de sentença e no que diz respeito aos expurgos inflacionários referentes ao Plano Econômico Collor II”.

Nesse sentido, com as informações acima, colhidas do Ofício nº 63/2019-2S, expedido pelo em. Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Presidente da Segunda Seção, decidiu-se, em nova questão de ordem, aprovada em 24.4.2019, adotar o retorno da

# *Superior Tribunal de Justiça*

antiga orientação acolhida pelos Ministros na sessão de 22 de agosto de 2018, **autorizando a tramitação regular, no Superior Tribunal de Justiça, dos recursos admissíveis relacionados a expurgos inflacionários em fase de execução de sentença (individual ou coletiva), em que a parte se manifeste, expressamente, pela não adesão ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal.**

4. Ante o exposto, com base nos fundamentos acima, acolho os embargos de declaração e reconsidero a decisão de fl. 1.404, tornando-a sem efeito, para que, após a conclusão dos autos, seja apreciado o agravo interno de fls. 1.307-1.320.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator